



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

RELATÓRIO DE GESTÃO

2023



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO

2 - GESTÃO PÚBLICA

2.1 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

2.4 - REGISTROS E SITUAÇÃO PATRIMONIAL

2.5 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

2.5.1 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO ENTE - VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

2.5.2 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES - VALORES RETIDOS x VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

2.6 - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

3 - SUBSÍDIO DOS VEREADORES

3.1 - FIXAÇÃO DO VALOR DO SUBSÍDIO

3.2 - REAJUSTE NO VALOR DO SUBSÍDIO

4 - LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

4.1 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

4.1.1 - Relatório de Gestão Fiscal

4.1.2 - Despesas com Pessoal

4.2 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

4.2.1 - Remuneração de Vereadores

4.2.1.1 - Em relação ao limite de 5% das Receitas

4.2.1.2 - Em relação ao subsídio dos Deputados Estaduais

4.2.2 - Folha de Pagamentos

4.2.3 - Despesa Total

5 - CONCLUSÃO



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

1 - APRESENTAÇÃO

A Câmara Municipal de Muniz Freire tem como principal objetivo a elaboração de normas de direito de público de abrangência geral ou individual que são aplicadas a toda a sociedade.

Entre suas funções elementares está a de fiscalizar a aplicação das leis e o Poder Executivo, apreciar e votar leis e, em situações específicas, julgar determinadas autoridades tais como o Prefeito ou os próprios membros da Câmara Municipal.

Possui, para isto, autonomia no que se refere à administração de seus serviços, gestão de seus recursos e relações empregatícias.

Visando atender às normais legais cabíveis foi elaborado o Relatório de Gestão do Exercício de 2023 para apresentação aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que a Câmara Municipal de Muniz Freire está obrigada nos termos da legislação vigente.

Este Relatório busca detalhar os recursos que foram administrados pela Câmara Municipal, além de realizar-se uma avaliação sobre a situação atual e sugerir ações para os próximos Exercícios.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

2 - GESTÃO PÚBLICA

2.1 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A Lei Municipal 2712/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - dispôs sobre a elaboração da lei orçamentária anual para o Exercício de 2023, definindo programas e estabelecendo diretrizes a serem observadas na execução orçamentária.

A elaboração da Proposta Orçamentária Anual é realizada a partir da consolidação das informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Muniz Freire através de seus balancetes da receita orçamentária referente ao Exercício que esteja em vigor e da projeção para o Exercício seguinte no qual a Proposta Orçamentária será efetivada, isso tudo levando-se em consideração os limites legais que devem ser obedecidos pela Câmara Municipal em consonância com a Constituição Federal, Lei Complementar 101 e demais normas vigentes.

Também serve de parâmetro as despesas realizadas pela Câmara Municipal no Exercício anterior e aquele referente à apresentação da proposta orçamentária, com adequação à realidade projetada para as despesas.

Elaborada a proposta a mesma foi remetida à Secretaria de Finanças do Município de Muniz Freire para análise e inserção no Projeto de Lei Orçamentária Anual, o que culminou com a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Por conseguinte a Lei Municipal 2.736/2022 - Lei Orçamentária Anual - estimou a receita e fixou a despesa para o Exercício de 2023 em R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais). Na citada Lei foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação de parcial ou total de dotações orçamentárias, limitados a 60% (sessenta por cento) do total orçamento.

O orçamento do Poder Legislativo foi fixado em R\$ 4.257.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil reais), ou seja, 4,78% (quatro vírgula setenta e oito por cento) do valor total do orçamento.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No início de 2023 a Prefeitura Municipal realizou o fechamento do cálculo dos valores das receitas definidas no Art. 29A da Constituição Federal referentes ao ano de 2022 e que servem de base de cálculo e limite para o duodécimo da Câmara Municipal. Por conseguinte e em cumprimento às normas legais vigente foi feito o ajuste do valor do Orçamento da Câmara Municipal para o Exercício de 2023 para R\$ 4.211.786,90 (quatro milhões, duzentos e onze mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos).

Do valor ajustado do Orçamento (R\$ 4.211.786,90 - quatro milhões, duzentos e onze mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos), R\$ 1.048.884,91 (um milhão, quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos) foram suplementados para a UG Prefeitura Municipal no mês de dezembro/2023.

Do valor total ajustado, a Câmara Municipal executou o valor de R\$ 3.208.115,09 (três milhões, duzentos e oito mil, cento e quinze reais e nove centavos), conforme o quadro demonstrado a seguir, levando-se em consideração as alterações orçamentárias realizadas por crédito adicional suplementar por anulação de valor de dotação constante do Orçamento.

DESCRIÇÃO	VALOR ORÇAMENTÁRIO INICIAL	VALOR ORÇAMENTÁRIO AJUSTADO	DESPESA REALIZADA	SALDO ORÇAMENTÁRIO REMANESCENTE	EXECUÇÃO EM RELAÇÃO À DESPESA REALIZADA (%)
DESPESAS CORRENTES	4.127.000,00	4.081.786,90	3.008.854,11		93,79
Pessoal e Encargos Sociais	3.150.000,00	3.150.000,00	2.411.968,22		75,18
Outras Despesas Correntes	977.000,00	931.786,90	596.885,89		18,60
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	199.525,92	199.260,98		6,21
Investimentos	130.000,00	199.260,98	199.260,98		6,21
TOTAL	4.257.000,00	4.211.786,90	3.208.115,09	1.003.681,81	100,00

Em detrimento das necessidades surgidas no decorrer do Exercício foram realizados os seguintes Créditos Adicionais, os quais encontravam-se devidamente autorizados na Lei Municipal 2.12/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei Municipal 2.736/2022 (Lei Orçamentária Anual):



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

ORIGEM DOS RECURSOS:	UG Câmara
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:	UG Câmara
TIPO:	Anulação de dotação
DECRETO DO PODE EXECUTIVO	VALOR
10.113	100.000,00
10.121	114.000,00
10.241	7.000,00
10.241	265.000,00
10.331	60.000,00
TOTAL	546.000,00

ORIGEM DOS RECURSOS:	UG Câmara
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:	UG Prefeitura
TIPO:	Anulação de dotação
DECRETO DO PODE EXECUTIVO	VALOR
10.088	45.213,10
10.358	1.003.671,80
TOTAL	1.048.884,90

O valor de Restos a Pagar (Processado e Não Processado) do Exercício foi de R\$ 208.098,00 (duzentos e oito mil e noventa e oito reais). Também consta o valor de R\$ 5.904,34 (cinco mil, novecentos e quatro reais e trinta e quatro centavos) como Restos a Pagar de 2021 de 2022, o qual refere-se a contrato de serviços cuja vigência é de 60 (sessenta) meses, portanto ultrapassando mais de um exercício financeiro.

EXERCÍCIO	TIPO DE RESTOS A PAGAR	VALOR
2021/2022	NÃO PROCESSADO	5.904,34
2023	PROCESSADO	269,95
	NÃO PROCESSADO	207.828,05
	TOTAL	214.002,34



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

2.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

Todos os compromissos financeiros do Ente foram cumpridos.

O valor de Restos a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores têm disponibilidade financeira para seu cumprimento.

Para cumprimento do disposto no Art. 168 da Constituição Federal, no mês de dezembro/2023 foi feita uma projeção entre o valor da disponibilidade financeira e o valor de Restos a Pagar para o Exercício seguinte, obtendo-se um saldo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o qual foi restituído ao cofre único do Tesouro Municipal na data de 19/12/2023.

No Exercício de 2024, tendo sido feitos os procedimentos de fechamento do Exercício de 2023, verificou-se uma disponibilidade financeira adicional, a qual foi devidamente restituída ao cofre único do Tesouro Municipal na data de 08/02/2024.

A disponibilidade financeira ao final do Exercício de 2023 está evidenciada no seguinte quadro:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2023	217.674,15
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA NECESSÁRIA PARA PGTO DE RESTOS A PAGAR EM 2024	(214.002,34)
SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023 DEVOLVIDO AO COFRE ÚNICO DO TESOIRO MUNICIPAL NA DATA DE 08/02/24	(3.671,81)
SALDO ATUALIZADO	0,00

Também durante o Exercício de 2023 houve o cancelamento de Restos a Pagar, momento em que o valor de R\$ 84.094,70 (oitenta e quatro mil, noventa e quatro reais e setenta centavos) foi restituído ao cofre único do Tesouro Municipal na data de 07/06/2023.

2.4 - REGISTROS E SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

A situação patrimonial da Câmara Municipal no que se referente aos bens móveis e imóveis está devidamente registrada através das contas representativas do patrimônio público.

Após os devidos procedimentos de levantamento, avaliação e reavaliação dos bens patrimoniais realizado em Exercício passado, realizou-se procedimentos quanto à depreciação dos mesmos.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Todos os bens móveis da entidade estão devidamente registrados e identificados, bem como possuem o devido Termo de Responsabilidade, obedecendo aos princípios legais vigentes e aplicados aos mesmos.

A tabela a seguir apresenta os valores extraídos das demonstrações contábeis e dos inventários dos bens realizados no exercício, demonstrando a situação patrimonial dos bens móveis e imóveis.

DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR
Bens Móveis	378.375,12
Bens Imóveis	2.128.196,27
TOTAL	2.506.571,39

2.5 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

No decorrer do Exercício a Câmara Municipal realizou a retenção da contribuição previdenciária dos servidores e daqueles referentes a serviços de terceiros - pessoa física, realizando o devido recolhimento ao Instituto Nacional de Seguridade Social, a quem está vinculado. De igual forma realizou os devidos cálculos da parte patronal sobre os valores correspondentes aos valores pagos e também os recolheu devidamente ao Instituto Nacional de Seguridade Social.

2.5.1 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO ENTE - VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, especialmente os Demonstrativos das Despesas Liquidadas e Recolhidas de Contribuições Previdenciárias, dentre outras, no que se referente às contribuições previdenciária - parte do **Ente** - os valores devidos e recolhido/pagos.

Os valores dos Exercício foram:

DESCRIÇÃO	MÊS REF.	EMPENHADO	LIQUIDADO	RECOLHIDO/PAGO	A RECOLHER
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Janeiro	33.026,11	33.026,11	33.026,11	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Fevereiro	32.954,27	32.954,27	32.954,27	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Março	33.112,64	33.112,64	33.112,64	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Abril	31.758,62	31.758,62	31.758,62	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Maior	31.018,26	31.018,26	31.018,26	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Junho	31.325,85	31.325,85	31.325,85	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Julho	35.993,49	35.993,49	35.993,49	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Agosto	33.119,73	33.119,73	33.119,73	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Setembro	34.712,24	34.712,24	34.712,24	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Outubro	35.078,60	35.078,60	35.078,60	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Novembro	36.601,92	36.601,92	36.601,92	0,00



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Regime Geral da Previdência Social - INSS	Dezembro	41.659,13	41.659,13	41.659,13	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	13º	19.723,63	19.723,63	19.723,63	0,00
TOTAL		430.084,49	430.084,49	430.084,49	0,00

2.5.2 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SEGURADOS - VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, especialmente os Demonstrativos das Despesas Liquidadas e Recolhidas - Contribuições Previdenciárias, dentre outras, no que se referente às contribuições previdenciárias - parte dos Segurados - os valores devidos e recolhido/pagos conforme demonstrado no quadro demonstrado abaixo.

DESCRIÇÃO	MÊS REF.	RETIDO	RECOLHIDO/PAGO	A RECOLHER
Regime Geral da Prev. Social	Janeiro	14.085,20	14.085,20	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Fevereiro	14.225,00	14.225,00	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Março	14.032,88	14.032,88	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Abril	13.564,06	13.564,06	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Maio	13.196,70	13.196,70	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Junho	13.386,08	13.386,08	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Julho	15.234,98	15.234,98	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Agosto	13.969,65	13.969,65	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Setembro	14.774,31	14.774,31	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Outubro	14.948,94	14.948,94	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Novembro	15.164,23	15.164,23	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Dezembro	17.852,47	17.852,47	0,00
Regime Geral da Prev. Social	13º	7.378,37	7.378,37	0,00
		181.812,87	181.812,87	0,00

2.5.3 - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, especialmente os Demonstrativos das Despesas Liquidadas e Recolhidas e Contribuições Previdenciárias, dentre outras, no que se referente às contribuições previdenciária - parte do Ente e parte dos Segurados, não há débitos previdenciários referentes ao Exercício em referência.

3 - SUBSÍDIO DOS VEREADORES

3.1 - FIXAÇÃO DO VALOR DO SUBSÍDIO

O valor do subsídio dos Vereadores para a legislatura 2021/2024 foi fixado através da Lei Municipal 2.628/20, de 30/04/20, ou seja, antes das eleições municipais, conforme determina a lei.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

3.2 - REAJUSTE NO VALOR DO SUBSÍDIO

Não houve reajuste no valor do subsídio no Exercício.

4 - LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

4.1 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

4.1.1 - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Em atendimento a Lei Complementar Federal nº 101 a Câmara Municipal elabora e publica quadrimestralmente o Relatório de Gestão Fiscal - RGF - no que se refere a pessoal, sendo que no primeiro e segundo quadrimestres é obrigatória a demonstração tão somente do Demonstrativo da Despesa com Pessoal e no terceiro quadrimestre é obrigatória a demonstração também referente à Disponibilidade de Caixa, dos Restos a Pagar e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Em cumprimento à legislação os relatórios foram todos devidamente publicados no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, bem como o foram, ainda, no Quadro de Avisos e Atos Oficiais e no site da Câmara Municipal.

4.1.1 - DESPESAS COM PESSOAL

A despesa com pessoal ativo e inativo no Exercício, considerando-se o valor com despesas subsídio de vereadores, cargos comissionados, cargos efetivos, contratados temporariamente, bem como as obrigações deles decorrentes, assim como inativos, foi de 2,51 (dois vírgula cinquenta e um por cento) em relação à Receita Corrente Líquida, evidenciados conforme o quadro a seguir.

DESPESA COM PESSOAL	R\$
PESSOAL ATIVO	2.299.365,99
PESSOAL INATIVO	112.602,23
TOTAL	2.411.968,22



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	96.110.090,58
DESPESA COM PESSOAL	2.411.968,22
% DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RCL	2,51
LIMITE MÁXIMO - 6%	5.766.605,43
LIMITE PRUDENCIAL - 5,7%	5.478.275,17
LIMITE DE ALERTA	5.189.944,90

4.2 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

4.2.1 - REMUNERAÇÃO DE VEREADORES

4.2.1.2 - EM RELAÇÃO AO LIMITE DE 5% DAS RECEITAS

Dispõe a Constituição Federal em seu Art. 29 - VII - que o total a despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

Diferentemente do caput do Art. 29-A que menciona que a base de cálculo para o limite da despesa total do Poder Legislativo Municipal será o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, o Art. 29 - VII - cita tão somente o termo “receita”. Desta forma o cálculo realizado pela Câmara Municipal de Muniz Freire para o cumprimento deste limite tem por base a Receita Corrente Líquida.

Considerada a Receita Líquida e a despesa com o subsídio dos Vereadores observa-se que houve cumprimento deste dispositivo legal conforme demonstramos no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	96.110.090,58
DESPESA COM SUBSÍDIO DOS VEREADORES	604.423,81
% DE DESPESAS	0,63

4.2.1.2 - EM RELAÇÃO AO VALOR DO SUBSÍDIO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Dispõe a Constituição Federal em seu Art. 29 - VII - que o total a despesa com

Em relação ao valor do subsídio dos Deputados Estaduais o valor do subsídio dos Vereadores observou o limite estatuído na CF/88 conforme demonstramos no quadro a seguir, sendo necessário destacar que o valor do subsídio dos Deputados Estaduais sofreu alteração a partir do mês de fevereiro/15.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Com relação ao reajuste no valor do subsídio dos Vereadores os mesmos ocorreram na mesma data e proporção concedida aos servidores municipais, conforme determina a legislação.

MÊS	SUBSÍDIO DEPUTADO ESTADUAL	LIMITE DEP. ESTAD. 30%	SUBSÍDIO VEREADOR	SUBSÍDIO PRESIDENTE
JANEIRO	25.322,25	6.012,70	4.390,00	6.146,00
FEVEREIRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
MARÇO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
ABRIL	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
MAIO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
JUNHO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
JULHO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
AGOSTO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
SETEMBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
OUTUBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
NOVEMBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
DEZEMBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00

4.2.2 - FOLHA DE PAGAMENTOS

Para a Câmara Municipal o limite de gasto com folha de pagamento em relação ao repasse financeiro (duodécimo) recebido é de 70% (setenta por cento).

Conforme consta da apuração dos valores, no Exercício o total com tal despesa foi de 54,59% (cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove por cento), ou seja, abaixo do percentual máximo legalmente estabelecido.

A despesa com folha de pagamento em relação ao repasse financeiro recebido é demonstrado através do quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	VALOR
REPASSE FINANCEIRO (DUODÉCIMO)	4.211.786,88
LIMITE 70%	2.948.250,82
DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTOS (EXCETO INATIVOS)	2.299.365,99
% DE DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTOS (EXCETO INATIVOS)	54,59



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

4.2.3 - DESPESA TOTAL DO ENTE

O Art. 29-A da Constituição Federal dispõe sobre o total da despesa do Poder Legislativo Municipal. Dispõe ainda tal dispositivo que tal despesa inclui o valor com o subsídio dos vereadores e exclui o gasto com inativos.

Para a Câmara Municipal de Muniz Freire o total da despesa limita-se a 7% das receitas arrecadadas no Exercício anterior (Art. 29-A - I - 7% para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes).

Conforme documentos apresentados pela Prefeitura Municipal de Muniz Freire, considerando-se o valor das receitas arrecadadas no Exercício anterior (2022) temos que o Ente cumpriu o dispositivo legal mencionado.

A Câmara Municipal cumpriu tal limite, conforme quadro a seguir demonstrado, quer seja em relação à despesa liquidada ou despesa empenhada.

DESCRIÇÃO	VALOR
Receitas (Art. 29-A) - Exercício anterior (2022)	60.168.383,95
Limite (7%) (<i>exceto Inativos</i>)	4.211.786,88
Despesa Empenhada do Exercício (<i>exceto Inativos</i>)	3.040.885,16
Diferença (valor a menor)	1.170.901,72
% da Despesa Empenhada em relação % de limite (7%)	5,0539585

5 CONCLUSÃO

O presente relatório tem por base os dados coletados junto aos setores da Câmara Municipal de Muniz Freire e, pudemos verificar, com base nos dados coletados, que os limites legais em relação ao Poder Legislativo foram devidamente cumpridos.

É o relatório.

Muniz Freire/ES, 20 de fevereiro de 2024.

JOSÉ MARIA BERGAMINI

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

RELATÓRIO DE GESTÃO

2023



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO

2 - GESTÃO PÚBLICA

2.1 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

2.4 - REGISTROS E SITUAÇÃO PATRIMONIAL

2.5 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

2.5.1 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO ENTE - VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

2.5.2 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES - VALORES RETIDOS x VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

2.6 - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

3 - SUBSÍDIO DOS VEREADORES

3.1 - FIXAÇÃO DO VALOR DO SUBSÍDIO

3.2 - REAJUSTE NO VALOR DO SUBSÍDIO

4 - LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

4.1 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

4.1.1 - Relatório de Gestão Fiscal

4.1.2 - Despesas com Pessoal

4.2 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

4.2.1 - Remuneração de Vereadores

4.2.1.1 - Em relação ao limite de 5% das Receitas

4.2.1.2 - Em relação ao subsídio dos Deputados Estaduais

4.2.2 - Folha de Pagamentos

4.2.3 - Despesa Total

5 - CONCLUSÃO

1 - APRESENTAÇÃO



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

A Câmara Municipal de Muniz Freire tem como principal objetivo a elaboração de normas de direito de público de abrangência geral ou individual que são aplicadas a toda a sociedade.

Entre suas funções elementares está a de fiscalizar a aplicação das leis e o Poder Executivo, apreciar e votar leis e, em situações específicas, julgar determinadas autoridades tais como o Prefeito ou os próprios membros da Câmara Municipal.

Possui, para isto, autonomia no que se refere à administração de seus serviços, gestão de seus recursos e relações empregatícias.

Visando atender às normais legais cabíveis foi elaborado o Relatório de Gestão do Exercício de 2023 para apresentação aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que a Câmara Municipal de Muniz Freire está obrigada nos termos da legislação vigente.

Este Relatório busca detalhar os recursos que foram administrados pela Câmara Municipal, além de realizar-se uma avaliação sobre a situação atual e sugerir ações para os próximos Exercícios.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

2.1 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A Lei Municipal 2712/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - dispôs sobre a elaboração da lei orçamentária anual para o Exercício de 2023, definindo programas e estabelecendo diretrizes a serem observadas na execução orçamentária.

A elaboração da Proposta Orçamentária Anual é realizada a partir da consolidação das informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Muniz Freire através de seus balancetes da receita orçamentária referente ao Exercício que esteja em vigor e da projeção para o Exercício seguinte no qual a Proposta Orçamentária será efetivada, isso tudo levando-se em consideração os limites legais que devem ser obedecidos pela Câmara Municipal em consonância com a Constituição Federal, Lei Complementar 101 e demais normas vigentes.

Também serve de parâmetro as despesas realizadas pela Câmara Municipal no Exercício anterior e aquele referente à apresentação da proposta orçamentária, com adequação à realidade projetada para as despesas.

Elaborada a proposta a mesma foi remetida à Secretaria de Finanças do Município de Muniz Freire para análise e inserção no Projeto de Lei Orçamentária Anual, o que culminou com a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Por conseguinte a Lei Municipal 2.736/2022 - Lei Orçamentária Anual - estimou a receita e fixou a despesa para o Exercício de 2023 em R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais). Na citada Lei foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação de parcial ou total de dotações orçamentárias, limitados a 60% (sessenta por cento) do total orçamento.

O orçamento do Poder Legislativo foi fixado em R\$ 4.257.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil reais), ou seja, 4,78% (quatro vírgula setenta e oito por cento) do valor total do orçamento.

2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

No início de 2023 a Prefeitura Municipal realizou o fechamento do cálculo dos valores das receitas definidas no Art. 29A da Constituição Federal referentes ao ano de 2022 e que servem de base de cálculo e limite para o duodécimo da Câmara Municipal. Por conseguinte e em cumprimento às normas legais vigente foi feito o ajuste do valor do Orçamento da Câmara Municipal para o Exercício de 2023 para R\$ 4.211.786,90 (quatro milhões, duzentos e onze mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos).

Do valor ajustado do Orçamento (R\$ 4.211.786,90 - quatro milhões, duzentos e onze mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos), R\$ 1.048.884,91 (um milhão, quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos) foram suplementados para a UG Prefeitura Municipal no mês de dezembro/2023.

Do valor total ajustado, a Câmara Municipal executou o valor de R\$ 3.208.115,09 (três milhões, duzentos e oito mil, cento e quinze reais e nove centavos), conforme o quadro demonstrado a seguir, levando-se em consideração as alterações orçamentárias realizadas por crédito adicional suplementar por anulação de valor de dotação constante do Orçamento.

DESCRIÇÃO	VALOR ORÇAMENTÁRIO INICIAL	VALOR ORÇAMENTÁRIO AJUSTADO	DESPESA REALIZADA	SALDO ORÇAMENTÁRIO REMANESCENTE	EXECUÇÃO EM RELAÇÃO À DESPESA REALIZADA (%)
DESPESAS CORRENTES	4.127.000,00	4.081.786,90	3.008.854,11		93,79
Pessoal e Encargos Sociais	3.150.000,00	3.150.000,00	2.411.968,22		75,18
Outras Despesas Correntes	977.000,00	931.786,90	596.885,89		18,60
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	199.525,92	199.260,98		6,21
Investimentos	130.000,00	199.260,98	199.260,98		6,21
TOTAL	4.257.000,00	4.211.786,90	3.208.115,09	1.003.681,81	100,00

Em detrimento das necessidades surgidas no decorrer do Exercício foram realizados os seguintes Créditos Adicionais, os quais encontravam-se devidamente autorizados na Lei Municipal 2.12/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei Municipal 2.736/2022 (Lei Orçamentária Anual):

ORIGEM DOS RECURSOS:	UG Câmara
----------------------	-----------



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:	UG Câmara
TIPO:	Anulação de dotação
DECRETO DO PODE EXECUTIVO	VALOR
10.113	100.000,00
10.121	114.000,00
10.241	7.000,00
10.241	265.000,00
10.331	60.000,00
TOTAL	546.000,00

ORIGEM DOS RECURSOS:	UG Câmara
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:	UG Prefeitura
TIPO:	Anulação de dotação
DECRETO DO PODE EXECUTIVO	VALOR
10.088	45.213,10
10.358	1.003.671,80
TOTAL	1.048.884,90

O valor de Restos a Pagar (Processado e Não Processado) do Exercício foi de R\$ 208.098,00 (duzentos e oito mil e noventa e oito reais). Também consta o valor de R\$ 5.904,34 (cinco mil, novecentos e quatro reais e trinta e quatro centavos) como Restos a Pagar de 2021 de 2022, o qual refere-se a contrato de serviços cuja vigência é de 60 (sessenta) meses, portanto ultrapassando mais de um exercício financeiro.

EXERCÍCIO	TIPO DE RESTOS A PAGAR	VALOR
2021/2022	NÃO PROCESSADO	5.904,34
2023	PROCESSADO	269,95
	NÃO PROCESSADO	207.828,05
	TOTAL	214.002,34

2.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Todos os compromissos financeiros do Ente foram cumpridos.

O valor de Restos a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores têm disponibilidade financeira para seu cumprimento.

Para cumprimento do disposto no Art. 168 da Constituição Federal, no mês de dezembro/2023 foi feita uma projeção entre o valor da disponibilidade financeira e o valor de Restos a Pagar para o Exercício seguinte, obtendo-se um saldo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o qual foi restituído ao cofre único do Tesouro Municipal na data de 19/12/2023.

No Exercício de 2024, tendo sido feitos os procedimentos de fechamento do Exercício de 2023, verificou-se uma disponibilidade financeira adicional, a qual foi devidamente restituída ao cofre único do Tesouro Municipal na data de 08/02/2024.

A disponibilidade financeira ao final do Exercício de 2023 está evidenciada no seguinte quadro:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2023	217.674,15
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA NECESSÁRIA PARA PGTO DE RESTOS A PAGAR EM 2024	(214.002,34)
SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023 DEVOLVIDO AO COFRE ÚNICO DO TESOIRO MUNICIPAL NA DATA DE 08/02/24	(3.671,81)
SALDO ATUALIZADO	0,00

Também durante o Exercício de 2023 houve o cancelamento de Restos a Pagar, momento em que o valor de R\$ 84.094,70 (oitenta e quatro mil, noventa e quatro reais e setenta centavos) foi restituído ao cofre único do Tesouro Municipal na data de 07/06/2023.

2.4 - REGISTROS E SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

A situação patrimonial da Câmara Municipal no que se referente aos bens móveis e imóveis está devidamente registrada através das contas representativas do patrimônio público.

Após os devidos procedimentos de levantamento, avaliação e reavaliação dos bens patrimoniais realizado em Exercício passado, realizou-se procedimentos quanto à depreciação dos mesmos.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Todos os bens móveis da entidade estão devidamente registrados e identificados, bem como possuem o devido Termo de Responsabilidade, obedecendo aos princípios legais vigentes e aplicados aos mesmos.

A tabela a seguir apresenta os valores extraídos das demonstrações contábeis e dos inventários dos bens realizados no exercício, demonstrando a situação patrimonial dos bens móveis e imóveis.

DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR
Bens Móveis	378.375,12
Bens Imóveis	2.128.196,27
TOTAL	2.506.571,39

2.5 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

No decorrer do Exercício a Câmara Municipal realizou a retenção da contribuição previdenciária dos servidores e daqueles referentes a serviços de terceiros - pessoa física, realizando o devido recolhimento ao Instituto Nacional de Seguridade Social, a quem está vinculado. De igual forma realizou os devidos cálculos da parte patronal sobre os valores correspondentes aos valores pagos e também os recolheu devidamente ao Instituto Nacional de Seguridade Social.

2.5.1 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO ENTE - VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, especialmente os Demonstrativos das Despesas Liquidadas e Recolhidas de Contribuições Previdenciárias, dentre outras, no que se referente às contribuições previdenciária - parte do **Ente** - os valores devidos e recolhido/pagos.

Os valores dos Exercício foram:

DESCRIÇÃO	MÊS REF.	EMPENHADO	LIQUIDADO	RECOLHIDO/PAGO	A RECOLHER
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Janeiro	33.026,11	33.026,11	33.026,11	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Fevereiro	32.954,27	32.954,27	32.954,27	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Março	33.112,64	33.112,64	33.112,64	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Abril	31.758,62	31.758,62	31.758,62	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Maior	31.018,26	31.018,26	31.018,26	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Junho	31.325,85	31.325,85	31.325,85	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Julho	35.993,49	35.993,49	35.993,49	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Agosto	33.119,73	33.119,73	33.119,73	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Setembro	34.712,24	34.712,24	34.712,24	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Outubro	35.078,60	35.078,60	35.078,60	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Novembro	36.601,92	36.601,92	36.601,92	0,00



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Regime Geral da Previdência Social - INSS	Dezembro	41.659,13	41.659,13	41.659,13	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	13º	19.723,63	19.723,63	19.723,63	0,00
TOTAL		430.084,49	430.084,49	430.084,49	0,00

2.5.2 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SEGURADOS - VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, especialmente os Demonstrativos das Despesas Liquidadas e Recolhidas - Contribuições Previdenciárias, dentre outras, no que se refere às contribuições previdenciárias - parte dos Segurados - os valores devidos e recolhido/pagos conforme demonstrado no quadro demonstrado abaixo.

DESCRIÇÃO	MÊS REF.	RETIDO	RECOLHIDO/PAGO	A RECOLHER
Regime Geral da Prev. Social	Janeiro	14.085,20	14.085,20	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Fevereiro	14.225,00	14.225,00	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Março	14.032,88	14.032,88	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Abril	13.564,06	13.564,06	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Maio	13.196,70	13.196,70	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Junho	13.386,08	13.386,08	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Julho	15.234,98	15.234,98	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Agosto	13.969,65	13.969,65	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Setembro	14.774,31	14.774,31	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Outubro	14.948,94	14.948,94	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Novembro	15.164,23	15.164,23	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Dezembro	17.852,47	17.852,47	0,00
Regime Geral da Prev. Social	13º	7.378,37	7.378,37	0,00
		181.812,87	181.812,87	0,00

2.5.3 - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, especialmente os Demonstrativos das Despesas Liquidadas e Recolhidas e Contribuições Previdenciárias, dentre outras, no que se refere às contribuições previdenciária - parte do Ente e parte dos Segurados, não há débitos previdenciários referentes ao Exercício em referência.

3 - SUBSÍDIO DOS VEREADORES

3.1 - FIXAÇÃO DO VALOR DO SUBSÍDIO

O valor do subsídio dos Vereadores para a legislatura 2021/2024 foi fixado através da Lei Municipal 2.628/20, de 30/04/20, ou seja, antes das eleições municipais, conforme determina a lei.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

3.2 - REAJUSTE NO VALOR DO SUBSÍDIO

Não houve reajuste no valor do subsídio no Exercício.

4 - LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

4.1 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

4.1.1 - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Em atendimento a Lei Complementar Federal nº 101 a Câmara Municipal elabora e publica quadrimestralmente o Relatório de Gestão Fiscal - RGF - no que se refere a pessoal, sendo que no primeiro e segundo quadrimestres é obrigatória a demonstração tão somente do Demonstrativo da Despesa com Pessoal e no terceiro quadrimestre é obrigatória a demonstração também referente à Disponibilidade de Caixa, dos Restos a Pagar e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Em cumprimento à legislação os relatórios foram todos devidamente publicados no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, bem como o foram, ainda, no Quadro de Avisos e Atos Oficiais e no site da Câmara Municipal.

4.1.1 - DESPESAS COM PESSOAL

A despesa com pessoal ativo e inativo no Exercício, considerando-se o valor com despesas subsídio de vereadores, cargos comissionados, cargos efetivos, contratados temporariamente, bem como as obrigações deles decorrentes, assim como inativos, foi de 2,51 (dois vírgula cinquenta e um por cento) em relação à Receita Corrente Líquida, evidenciados conforme o quadro a seguir.

DESPESA COM PESSOAL	R\$
PESSOAL ATIVO	2.299.365,99
PESSOAL INATIVO	112.602,23
TOTAL	2.411.968,22



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	96.110.090,58
DESPESA COM PESSOAL	2.411.968,22
% DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RCL	2,51
LIMITE MÁXIMO - 6%	5.766.605,43
LIMITE PRUDENCIAL - 5,7%	5.478.275,17
LIMITE DE ALERTA	5.189.944,90

4.2 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

4.2.1 - REMUNERAÇÃO DE VEREADORES

4.2.1.2 - EM RELAÇÃO AO LIMITE DE 5% DAS RECEITAS

Dispõe a Constituição Federal em seu Art. 29 - VII - que o total a despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

Diferentemente do caput do Art. 29-A que menciona que a base de cálculo para o limite da despesa total do Poder Legislativo Municipal será o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, o Art. 29 - VII - cita tão somente o termo “receita”. Desta forma o cálculo realizado pela Câmara Municipal de Muniz Freire para o cumprimento deste limite tem por base a Receita Corrente Líquida.

Considerada a Receita Líquida e a despesa com o subsídio dos Vereadores observa-se que houve cumprimento deste dispositivo legal conforme demonstramos no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	96.110.090,58
DESPESA COM SUBSÍDIO DOS VEREADORES	604.423,81
% DE DESPESAS	0,63

4.2.1.2 - EM RELAÇÃO AO VALOR DO SUBSÍDIO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Dispõe a Constituição Federal em seu Art. 29 - VII - que o total a despesa com

Em relação ao valor do subsídio dos Deputados Estaduais o valor do subsídio dos Vereadores observou o limite estatuído na CF/88 conforme demonstramos no quadro a seguir, sendo necessário destacar que o valor do subsídio dos Deputados Estaduais sofreu alteração a partir do mês de fevereiro/15.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Com relação ao reajuste no valor do subsídio dos Vereadores os mesmos ocorreram na mesma data e proporção concedida aos servidores municipais, conforme determina a legislação.

MÊS	SUBSÍDIO DEPUTADO ESTADUAL	LIMITE DEP. ESTAD. 30%	SUBSÍDIO VEREADOR	SUBSÍDIO PRESIDENTE
JANEIRO	25.322,25	6.012,70	4.390,00	6.146,00
FEVEREIRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
MARÇO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
ABRIL	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
MAIO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
JUNHO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
JULHO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
AGOSTO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
SETEMBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
OUTUBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
NOVEMBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00
DEZEMBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.146,00

4.2.2 - FOLHA DE PAGAMENTOS

Para a Câmara Municipal o limite de gasto com folha de pagamento em relação ao repasse financeiro (duodécimo) recebido é de 70% (setenta por cento).

Conforme consta da apuração dos valores, no Exercício o total com tal despesa foi de 54,59% (cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove por cento), ou seja, abaixo do percentual máximo legalmente estabelecido.

A despesa com folha de pagamento em relação ao repasse financeiro recebido é demonstrado através do quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	VALOR
REPASSE FINANCEIRO (DUODÉCIMO)	4.211.786,88
LIMITE 70%	2.948.250,82
DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTOS (EXCETO INATIVOS)	2.299.365,99
% DE DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTOS (EXCETO INATIVOS)	54,59



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

4.2.3 - DESPESA TOTAL DO ENTE

O Art. 29-A da Constituição Federal dispõe sobre o total da despesa do Poder Legislativo Municipal. Dispõe ainda tal dispositivo que tal despesa inclui o valor com o subsídio dos vereadores e exclui o gasto com inativos.

Para a Câmara Municipal de Muniz Freire o total da despesa limita-se a 7% das receitas arrecadadas no Exercício anterior (Art. 29-A - I - 7% para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes).

Conforme documentos apresentados pela Prefeitura Municipal de Muniz Freire, considerando-se o valor das receitas arrecadadas no Exercício anterior (2022) temos que o Ente cumpriu o dispositivo legal mencionado.

A Câmara Municipal cumpriu tal limite, conforme quadro a seguir demonstrado, quer seja em relação à despesa liquidada ou despesa empenhada.

DESCRIÇÃO	VALOR
Receitas (Art. 29-A) - Exercício anterior (2022)	60.168.383,95
Limite (7%) (<i>exceto Inativos</i>)	4.211.786,88
Despesa Empenhada do Exercício (<i>exceto Inativos</i>)	3.040.885,16
Diferença (valor a menor)	1.170.901,72
% da Despesa Empenhada em relação % de limite (7%)	5,0539585

5 CONCLUSÃO

O presente relatório tem por base os dados coletados junto aos setores da Câmara Municipal de Muniz Freire e, pudemos verificar, com base nos dados coletados, que os limites legais em relação ao Poder Legislativo foram devidamente cumpridos.

É o relatório.

Muniz Freire/ES, 20 de fevereiro de 2024.

JOSÉ MARIA BERGAMINI
PRESIDENTE